



# SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

## CULTURA CENTRALIZADA:

### Avaliando o investimento em eventos culturais no Distrito Federal

Fernanda Oliveira da Silva<sup>1</sup>  
Rodrigo Cardoso da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** No Brasil, a desigualdade no acesso a recursos culturais no Distrito Federal (DF) vai além das disparidades econômicas, refletindo também investimentos desiguais em produções culturais. Este artigo analisa a distribuição de recursos dos editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF) e da Lei de Incentivo à Cultura (LIC-DF) entre 2017 e 2025. A pesquisa, de abordagem quantitativa, avalia a execução de projetos culturais nas Regiões Administrativas (RAs), identificando concentração de recursos em áreas centrais (como Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga e Gama) e marginalização das periferias, especialmente em RAs mais vulneráveis. Os dados revelam que as políticas culturais do FAC-DF e LIC-DF não promoveram descentralização eficaz, mantendo a centralização em regiões com melhor infraestrutura. Durante a pandemia, a migração para eventos digitais não reduziu as desigualdades, devido à precária infraestrutura digital nas periferias. Conclui-se que, para uma cultura mais inclusiva no DF, é necessário reformular a distribuição de recursos, priorizando equidade e simplificação de processos. Sem revisão nas políticas públicas, a concentração de recursos continuará marginalizando as periferias e perpetuando desigualdades territoriais e raciais no acesso à cultura.

**Palavras-chave:** Marginalização; Distrito Federal; políticas culturais; eventos.

**RESUMEN:** En Brasil, la desigualdad en el acceso a los recursos culturales en el Distrito Federal (DF) va más allá de las disparidades económicas, reflejando también una inversión desigual en producciones culturales. Este artículo analiza la distribución de recursos de los llamados del Fondo de Apoyo a la Cultura (FAC-DF) y de la Ley de Incentivo a la Cultura (LIC-DF) entre 2017 y 2025. La investigación, de enfoque cuantitativo, evalúa la ejecución de proyectos culturales en las Regiones Administrativas (RAs), identificando una concentración de recursos en áreas centrales (como Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga y Gama) y la marginación de las periferias, especialmente en las RAs más vulnerables. Los datos revelan que las políticas culturales del FAC-DF y LIC-DF no promovieron una descentralización efectiva, manteniendo la centralización en regiones con mejor infraestructura. Durante la pandemia, la migración a eventos digitales no redujo las desigualdades, debido a la precaria infraestructura digital en las periferias. Se concluye que, para una cultura más inclusiva en el DF, es necesario reformular la distribución de los recursos, priorizando la equidad y la simplificación de los procesos. Sin una revisión de las políticas públicas, la concentración de

<sup>1</sup> Graduanda em Tecnologia em Eventos pelo Instituto Federal de Brasília (IFB). <http://lattes.cnpq.br/1340975455775891> E-mail: fer\_oliveira@outlook.com

<sup>2</sup> Bacharel, Mestre e Doutor em Turismo. Pesquisador do Instituto Federal de Brasília – IFB. <http://lattes.cnpq.br/0044287224274712> Email: rodrigo.cardososilva@ifb.edu.br.

recursos seguirá marginando a las periferias y perpetuando las desigualdades territoriales y raciales en el acceso a la cultura.

**Palavras chave:** Marginación; Distrito Federal; políticas culturales; eventos.

## Introdução

Observar ou sentir-se na desigualdade é norma na atual conjuntura da sociedade, por outro lado equidade, equilíbrio, isonomia são raridades, esse fato está disseminado em todos os setores. No setor cultural e no fomento a eventos não é diferente observa-se uma grande concentração de recursos públicos e privados financiando atividades culturais nos grandes centros urbanos e capitais em todo o país, enquanto as periféricas e unidades administrativas menores são marginalizadas e não incluídas no circuito de atividades culturais, de lazer e entretenimento.

O Distrito Federal, unidade federativa singular, divide-se em 35 Regiões Administrativas<sup>3</sup> (RAs), sendo o Plano Piloto não apenas o núcleo político-administrativo, mas também o epicentro da concentração de recursos e oportunidades. Essa centralidade reflete-se também no setor cultural, onde a distribuição de financiamento e eventos seguem um padrão desigual, reproduzindo dinâmicas de exclusão já consolidadas em outras metrópoles brasileiras.

Nesse sentido, este estudo se propõe a investigar a distribuição dos investimentos realizados pelo FAC e LIC, analisando criticamente os padrões de alocação de recursos e propondo medidas para uma distribuição mais equitativa entre as RAs. Para alcançar este objetivo geral, a pesquisa buscará criar um banco de dados sistematizado sobre os eventos culturais financiados por essas políticas, além de examinar como os atuais mecanismos de fomento promovem - ou não - a diversidade cultural e a desconcentração das atividades para as diversas regiões do DF.

A problemática central que orienta esta investigação é: qual o panorama do financiamento de eventos culturais no DF nos últimos anos? Quais RAs têm recebido maior apoio financeiro? Que tipos de eventos e atividades culturais concentram os recursos do FAC

---

<sup>3</sup> Segundo a Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal (SEGOV), “o Distrito Federal é dividido em 35 regiões administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos”. Essas regiões incluem Plano Piloto, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, SCIA, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires, Fercal, Sol Nascente/Pôr do Sol, Arniqueira, Arapoanga e Água Quente (Segov, 2023).

e da LIC? Por fim, como essas políticas têm contribuído - ou não - para reduzir as disparidades de acesso à cultura no território distrital?

A justificativa para essa investigação reside na necessidade de compreender os mecanismos que perpetuam a marginalização cultural nas periferias do DF. A limitação de acesso a recursos não apenas reforça desigualdades socioeconômicas, mas também consolida narrativas de invisibilidade, como apontam Mango (2017), Tommasi (2013) e Nascimento (2011). Além disso, é crucial analisar os entraves que produtores locais e investidores enfrentam ao viabilizar projetos culturais fora do eixo central - seja por falta de infraestrutura, burocracia ou desinteresse do setor privado.

Essa centralização não é exclusividade do DF. Guimarães (2020), ao examinar os recursos da Lei Rouanet entre 2016 e 2018, constatou que capitais e bairros centrais absorvem mais de 78% do financiamento cultural nacional. No contexto brasiliense, a predominância de eventos no Plano Piloto, em detrimento das demais RAs, não só espelha essa desigualdade, mas também a intensifica, criando um ciclo em que cultura e exclusão territorial se alimentam mutuamente.

Portanto, este estudo busca não apenas mapear as assimetrias no financiamento cultural, mas também refletir sobre seus impactos simbólicos e materiais. Eventos culturais são, afinal, manifestações identitárias e de pertencimento (Moretti *et al.*, 2016; Zucco *et al.*, 2024), e sua concentração em áreas centrais pode comprometer a diversidade e a democratização do acesso. Investigar esse processo é essencial para propor caminhos mais equitativos, que reconheçam e valorizem a produção cultural em todas as regiões do DF.

## **Lei de incentivo a cultura no Brasil**

O sistema brasileiro de financiamento à cultura estabeleceu suas bases com a Lei Sarney (Lei nº 7.505/1986) e consolidou-se através da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991). Como destacam Baracho e Raddi (2008), esse modelo transferiu para a iniciativa privada parte significativa da mediação dos recursos públicos destinados à cultura, criando um sistema em que a capacidade de captação está diretamente vinculada ao potencial de retorno simbólico e econômico dos projetos.

No Distrito Federal, essa dinâmica se reproduz através de dois instrumentos principais: o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), criado em 1991, e a Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal (LIC-DF, Lei Complementar nº 934/2017).

O FAC-DF e a LIC-DF diferem na forma de financiamento dos projetos submetidos. O FAC utiliza recursos diretos do governo, distribuídos via editais, sem exigência de captação

privada, beneficiando projetos selecionados por comissões técnicas. Já a LIC opera por incentivo fiscal, permitindo que empresas e pessoas físicas direcionem parte de seus impostos (ICMS ou IPTU) para projetos culturais previamente aprovados, exigindo esforço de captação dos proponentes. Nesse sentido, enquanto o FAC é mais acessível a iniciativas independentes, a LIC tende a privilegiar projetos com maior apelo comercial ou capacidade de articulação com patrocinadores. Ambas as leis buscam fomentar a cultura, mas o FAC prioriza o financiamento público direto, enquanto a LIC depende da iniciativa privada, reforçando desigualdades no acesso aos recursos.

A implementação desses instrumentos no DF revela desafios estruturais. Nascimento (2011), em estudo sobre produção cultural periférica, demonstra como os critérios técnicos para acesso aos recursos frequentemente criam barreiras para produtores culturais de regiões menos centrais. Tommasi (2013) complementa essa análise ao destacar como o sistema de financiamento cultural tende a privilegiar projetos localizados em áreas já consolidadas do ponto de vista institucional. Guimarães (2020), em análise sobre a distribuição de recursos culturais no Brasil, aponta que esse padrão de concentração não é exclusivo do DF, mas reflete uma dinâmica nacional. Essa lógica excludente pode ser interpretada à luz da necropolítica, que define:

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. A política, nesse sentido, é a expressão do poder de expor os outros – populações inteiras – à morte sob o pretexto da vida.” (Mbembe, 2018, p. 11)

Mbembe (2018, p. 28) complementa que a soberania opera através da definição hierárquica de quem merece viver plenamente e quem pode ser descartado, criando assim zonas de existência social onde populações inteiras são relegadas à condição de mortos-vivos. Nesse contexto, o Estado atua marginalizando territórios periféricos no acesso a políticas públicas.

A produção cultural nas regiões periféricas do DF desenvolve estratégias próprias de resistência e afirmação identitária. Como observam Moretti *et al.* (2016), eventos culturais locais assumem um papel que transcende o artístico, convertendo-se em espaços de construção coletiva. Zucco *et al.* (2024) destacam como essas manifestações contestam narrativas hegemônicas sobre cultura legítima. Contudo, Nascimento (2011) alerta para o risco de cooptação dessas iniciativas quando acessam editais públicos, processo que pode levar à diluição de seu caráter contestatório.

Essa revisão permite identificar uma contradição central: se, por um lado, as políticas culturais no DF buscam promover maior equidade, por outro, seus mecanismos de operação

reproduzem lógicas de exclusão. Como sugerem os estudos analisados, superar essa contradição exigiria transformações profundas nos critérios que orientam a distribuição dos recursos públicos para a cultura.

## **Metodologia**

Este estudo se configura como uma pesquisa aplicada que busca compreender os padrões de distribuição dos recursos culturais no Distrito Federal, com foco nos editais do FAC e da LIC-DF. A abordagem metodológica adotada combina análise quantitativa e qualitativa, permitindo um exame abrangente tanto dos dados financeiros quanto dos critérios que orientam a seleção dos projetos, conforme sugerem Baracho e Raddi (2008) em sua análise dos mecanismos de incentivo à cultura.

Essa abordagem dialoga com a perspectiva necropolítica de Mbembe (2018), ao permitir desvendar como mecanismos burocráticos podem operar como tecnologias de exclusão territorial.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 2017 a 2025, marco significativo por coincidir com a implementação da LIC-DF, demonstrando assim uma perspectiva de médio prazo sobre a atuação das duas principais políticas de fomento cultural no território distrital.

Geograficamente, o estudo concentra-se nas 35 Regiões Administrativas do DF, com atenção especial para as disparidades entre o Plano Piloto e as demais áreas, problemática já identificada por Guimarães (2020) em seus estudos sobre concentração de recursos culturais. Essa escolha espacial permite examinar a criação de “zonas de morte social” (Mbembe, 2018, p. 28), onde políticas culturais falham em garantir direitos fundamentais.

A coleta de dados fundamenta-se principalmente no levantamento documental sistemático dos editais publicados no período, abrangendo tanto as normas regulatórias quanto os resultados das seleções. Esse levantamento visa mapear os tipos de eventos financiados, suas temáticas e localizações, ampliando o conhecimento sobre a distribuição territorial dos recursos. Nascimento (2011) destaca a importância dessa análise espacial para compreender as dinâmicas de exclusão cultural nas periferias urbanas.

O caso Herus (MDH, 2025) foi analisado como contraponto crítico, ilustrando como a ausência de políticas culturais efetivas em territórios periféricos se correlaciona com a violência estatal.

Além da análise dos editais do FAC e da LIC-DF, também foram considerados os dados públicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), através do portal denominado “Sistema Eventos”, referentes ao registro de todos os

eventos cadastrados para serem realizados em 2025. Esse sistema registra todos os eventos em um período de 90 dias, não sendo uma base de dados acumulativa, o que exige coletas sistemáticas para tratar e minerar os dados. Essa fonte é crucial para investigar a necropolítica simbólica, mapeando a distribuição espacial da vigilância estatal sobre eventos culturais comunitários.

Para análise dos dados, adotaram-se três etapas principais: (1) análise documental dos critérios e processos seletivos; (2) análise descritiva dos dados quantitativos; e (3) produção de representações visuais dos resultados. Essa triangulação metodológica, sugerida por Tommasi (2013), possibilita captar tanto as dimensões objetivas quanto os aspectos qualitativos das políticas culturais. Será incluída uma quarta dimensão analítica: o exame de como mecanismos administrativos reproduzem hierarquias de “vidas matáveis” (MBEMBE, 2018, p. 11) no campo cultural.

Tabela 1. Síntese Metodológica

| <b>Objetivo de Pesquisa</b>                        | <b>Técnicas de coleta</b>           | <b>Técnicas de análise</b>   | <b>Referencial teórico</b>                        |
|--|-------------------------------------|------------------------------|---|
| Panorama do financiamento (2017-2025)              | Levantamento documental dos editais | Análise descritiva dos dados | Baracho & Raddi (2008)                            |
| Diversidade cultural e desconcentração territorial | Análise de projetos por RA          | Análise de conteúdo          | Nascimento (2011), Tommasi (2013)                 |
| Segurança e produção cultural                      | Dados SSP-DF (Sistema Eventos)      | Cruzamento espacial          | Mbembe (2018); MDH (2025); Sistema eventos (2025) |

**Fonte:** Elaboração própria.

A interpretação dos resultados será fundamentada pelo referencial teórico sobre produção cultural periférica desenvolvido por Moretti *et al.* (2016) e Zucco *et al.* (2024), que oferecem importantes insights sobre as estratégias de resistência e afirmação identitária nas regiões menos favorecidas. Essa abordagem será complementada pela lente necropolítica, examinando como projetos culturais periféricos desafiam a “divisão entre humanos e sub-humanos” (Mbembe, 2018, p. 32) implícita nas políticas oficiais. Essa perspectiva permite avaliar em que medida as políticas de financiamento têm conseguido promover efetivamente a diversidade cultural e a desconcentração das atividades, conforme seus objetivos declarados.

Entre as limitações do estudo, destacam-se a dependência dos dados oficiais disponibilizados pela administração pública e as eventuais inconsistências nos registros ao longo do período analisado. Contudo, a metodologia proposta busca minimizar esses

obstáculos através de rigoroso processo de cruzamento de dados. A inclusão do caso Herus como contraponto empírico supera parcialmente essas limitações, oferecendo uma lente concreta para examinar a interseção entre políticas culturais e segurança pública.

Os resultados desta análise, apresentados através de quadros comparativos e representações gráficas, visam oferecer subsídios concretos para a reformulação das políticas culturais no DF, contribuindo para a redução das desigualdades territoriais no acesso aos recursos públicos para a cultura. Como demonstram os estudos analisados, essa é uma condição fundamental para garantir o pleno exercício dos direitos culturais em toda sua diversidade e abrangência. A perspectiva necropolítica adiciona urgência a essa discussão, revelando como a distribuição desigual de recursos culturais pode configurar uma forma de “deixar morrer” (Mbembe, 2018, p. 11) simbólico e material.

## Resultados e Discussão

A análise quantitativa dos dados de 2017 a 2023, apresentada nas tabelas e gráficos, permite observar tendências significativas nos eventos culturais apoiados pelo FAC-DF, alinhadas à metodologia adotada nesta pesquisa. A metodologia aplicada combinou uma análise de dados históricos com um enfoque em três eixos principais: a evolução quantitativa dos projetos, a descentralização dos eventos, e os impactos da pandemia de COVID-19. Esses padrões revelam não apenas dinâmicas administrativas, mas também hierarquias territoriais que determinam “quem importa e quem não importa” (Mbembe, 2018, p. 28) no campo cultural.

Tabela 2. Evolução de Projetos e Público de 2017 a 2023

| ANO  | NÚMERO DE EVENTOS/PROJETOS | DESTAQUES/EVENTOS PRINCIPAIS  |
|------|----------------------------|---|
| 2017 | 90                         | Festivais Juninos, Cultura Urbana, Eventos LGBTQ+                           |
| 2018 | 143                        | FAC Regionalizado (ex: Casa do Cantador - 30.000 pessoas)                   |
| 2019 | 204                        | Maior São João do Cerrado (90.000), Festival de Cinema Brasileiro (100.000) |
| 2020 | 684                        | Ações Virtuais, Lei Aldir Blanc   |
| 2021 | Não disponível             | Pandemia, suspensões de eventos   |

|      |     |   |
|------|-----|---|
| 2022 | 201 | Retomada parcial                        |
| 2023 | 605 | Brasília Multicultural, Conexão Cultura |

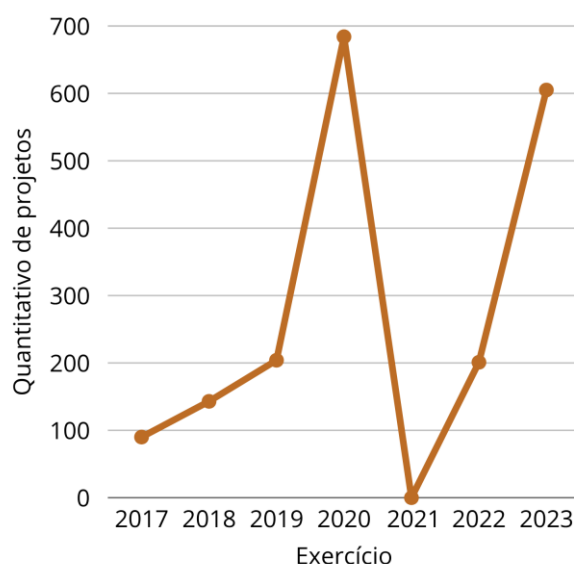
**Fonte:** Elaboração própria.

A evolução quantitativa dos projetos e do público é central para compreender a eficácia do FAC-DF no período analisado. Em 2017, com 90 eventos registrados, observou-se um público estimado de 500.000 pessoas. Esse dado reflete a vitalidade inicial do FAC-DF, com eventos diversos e de alta participação popular. O crescimento contínuo até 2019, com 204 eventos e grandes públicos, reforça o papel do FAC-DF no fomento à diversidade cultural no DF. Como destacam Baracho e Raddi (2008), a política de incentivos fiscais pode atuar como vetor da descentralização cultural, mas enfrenta entraves estruturais e institucionais. Esses entraves configuram o que Mbembe (2018, p. 32) chama de violência racional-burocrática, que reproduz fronteiras territoriais e raciais.

Entretanto, a pandemia de COVID-19, como mostrado nos dados de 2020, causou uma mudança no padrão de realização dos eventos, com a priorização de formatos virtuais e o uso emergencial da Lei Aldir Blanc. O número elevado de projetos (684) em 2020 não corresponde à realização física dos eventos, mas sim ao esforço de manutenção de atividades culturais no ambiente digital. Em 2021, a ausência de dados disponíveis indica o impacto prolongado da pandemia. Este abandono materializa-se tragicamente no caso Herus: enquanto eventos institucionais migraram para o virtual, festas comunitárias como a que culminou em sua morte permaneceram invisíveis às políticas de proteção (MDH, 2025).

A retomada parcial observada em 2022 (201 projetos executados) e o crescimento em 2023 (605 projetos apoiados) evidenciam a recuperação do setor cultural. No entanto, mesmo com o esforço de retomada, o total acumulado de 2020 a 2023 corresponde a apenas 80,72% da meta prevista de 3.160 projetos, conforme planejamento institucional. Isso indica uma subexecução relevante, que compromete o alcance integral das políticas de fomento. Essa subexecução atinge desproporcionalmente as periferias, criando mundos de morte (Mbembe, 2018, p. 28) onde a ausência do Estado abre espaço para a violência.

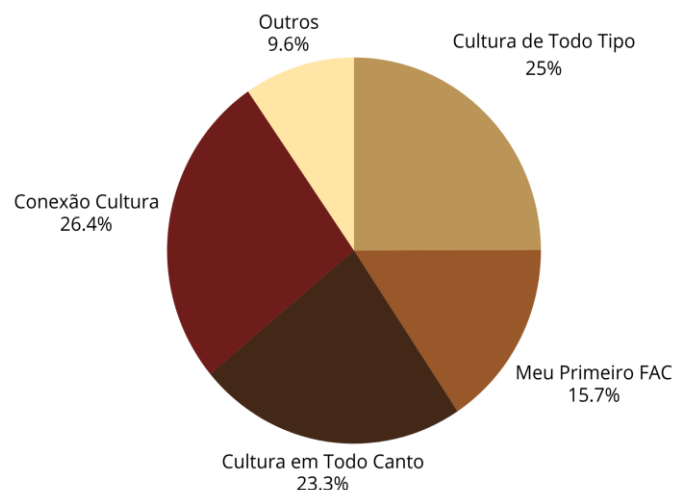
Gráfico 1: Evolução do Número de Projetos Apoiados (2017–2023)



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 1 mostra a evolução do número de projetos apoiados pelo FAC entre 2017 e 2023, demonstrando um crescimento inicial até um pico por volta de 2019–2020, seguido por um declínio acentuado nos anos posteriores (2021 - 2023). Esse padrão denota um aumento no investimento cultural no período pré-pandemia, com uma queda significativa após esse período, possivelmente refletindo impactos econômicos ou mudanças nas políticas de fomento. A redução no número de projetos indica um desafio na manutenção dos apoios ao longo do tempo. A descentralização e a inclusão foram princípios centrais na formulação da política do FAC-DF. A seguir tenha-se o gráfico 2, com a distribuição de recursos públicos pelo o edital da FAC no ano de 2023, quando iniciou um processo de segmentação das atividades culturais.

Gráfico 2: Distribuição de Projetos por edital em 2023



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 2 revela uma distribuição estratégica dos recursos públicos no FAC-DF em 2023, com destaque para três principais: Conexão Cultura<sup>4</sup> (26,4%), Cultura de Todo Tipo<sup>5</sup> (25%) e Cultura em Todo Canto<sup>6</sup> (23,3%). Juntos, eles representam 74,7% dos projetos, indicando um foco claro em diversidade cultural, inovação artística e descentralização geográfica. O Conexão Cultura lidera com 160 projetos, refletindo a prioridade em iniciativas interdisciplinares e colaborativas. Já o Cultura em Todo Canto reforça o compromisso com as periferias, enquanto o Cultura de Todo Tipo abrange múltiplas linguagens artísticas, promovendo inclusão.

Os demais editais, como Meu Primeiro FAC (15,7%) e Outros (9,6%), cumprem papéis complementares. O primeiro facilita o acesso de iniciantes ao financiamento, essencial para renovar o cenário cultural. Percebe-se que há uma distribuição equilibrada demonstra uma política pública plural, embora ainda haja espaço para ampliar editais temáticos e reduzir disparidades regionais.

Estas análises nos permite identificar quais vertentes culturais receberam maior atenção na fase pós-pandemia, mas também nos leva a questionar: como esses esforços se conectam com outras iniciativas de credenciamento<sup>7</sup> de eventos no DF?

<sup>4</sup> Edital voltado para iniciativas que integram diferentes linguagens artísticas e fortalecem redes colaborativas, priorizando projetos inovadores e interdisciplinares.

<sup>5</sup> O edital abrange diversidade de expressões culturais (música, teatro, audiovisual etc.), com ênfase na pluralidade e inclusão de grupos sub-representados.

<sup>6</sup> o edital tem foco na descentralização cultural, incentivando atividades em regiões periféricas do DF para reduzir desigualdades territoriais no acesso à cultura

<sup>7</sup> Considera-se credenciamentos o processo formal de registro do evento na plataforma do governo do Distrito Federal, para monitoramento e ação das forças de segurança pública, e de proteção dos cidadãos, isso inclui bombeiros e defesa civil.

A análise da tipologia dos eventos credenciados junto à SSP-DF em 2025 (a mostra dos dados foram coletados em Março de 2025) ajuda a entender os padrões de participação cultural. A seguir, apresenta-se a categorização dos eventos da SSP-DF:

Tabela 3: Tipologia de eventos

| <b>Tipo de evento</b>                | <b>Descrição</b>  |
|--------------------------------------|---|
| Festivais culturais e shows          | Programações amplas, geralmente com múltiplas atrações e linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes visuais), realizadas em vários dias ou espaços, com proposta curatorial e/ou temática com programação musical. |
| Eventos institucionais/profissionais | Ações promovidas por órgãos públicos, instituições ou entidades profissionais, como campanhas de vacinação, congressos, oficinas técnicas, feiras de saúde e solenidades cívicas.   |
| Eventos esportivos                   | Competições, torneios, caminhadas e atividades físicas organizadas coletivamente.   |
| Eventos culturais/entretenimento     | Atividades voltadas ao lazer e cultura geral, como circo, apresentações de dança, teatro de rua, entre outros.  |
| Festas tradicionais ou religiosas    | Celebrações ligadas a práticas religiosas, folclóricas ou tradicionais da comunidade, como festas juninas, procissões e celebrações afro-brasileiras.   |
| Ações comunitárias e de lazer        | Mutirões, rodas de conversa, piqueniques, atividades em praças e encontros de bairro voltados à convivência e à mobilização social.   |
| Eventos de diversidade               | Atividades voltadas à promoção de direitos e visibilidade de grupos minorizados (LGBTQIA+, populações negras, indígenas, PCDs etc.).  |
| Feira comercial/cultural             | Feiras artesanais, gastronômicas, de livros, de economia solidária ou de culturas específicas, com ou sem venda de produtos.  |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3: Distribuição de eventos por RA e categoria (5 maiores e 5 menores registros no DF)

| <b>RAs</b>          | <b>Total de eventos</b> | <b>Festas Trad./Relig.</b> | <b>Eventos Com. &amp; Lazer</b> | <b>Festivais Culturais &amp; Shows</b> | <b>Eventos Esportivos</b> | <b>Eventos Culturais/Entretenimento</b> | <b>Eventos Institucionais</b> | <b>Feira Com./Cultural</b> | <b>Eventos de Diversidade</b> |
|---------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------------|--|---------------------------|---|-------------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| <b>Plano Piloto</b> | 483                     | 25                         | 18                              | 150                                    | 93                        | 62                                      | 118                           | 8                          | 9                             |

|                           |    |    |    |    |    |    |    |    |   |
|---------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|---|
| <b>Águas Claras</b>       | 90 | 4  | 23 | 11 | -  | 9  | 1  | 42 | - |
| <b>Taguatinga</b>         | 76 | 25 | 7  | 13 | 19 | 7  | 1  | 3  | 1 |
| <b>Ceilândia</b>          | 76 | 15 | 18 | 23 | 19 | 9  | 10 | 1  | 1 |
| <b>Guará</b>              | 64 | 10 | 16 | 6  | 5  | 20 | 5  | 2  | - |
| <b>Arapoanga</b>          | 1  | -  | 1  | -  | -  | -  | -  | -  | - |
| <b>Varjão</b>             | 5  | -  | 1  | -  | -  | -  | -  | -  | - |
| <b>Núcleo Bandeirante</b> | 4  | 1  | 1  | 2  | -  | -  | -  | -  | - |
| <b>Riacho Fundo II</b>    | 6  | -  | 2  | 2  | 1  | -  | 1  | -  | - |
| <b>Fercal</b>             | 5  | 4  | 1  | -  | -  | -  | -  | -  | - |

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3, sobre a distribuição regional de eventos no Distrito Federal, evidencia forte concentração em poucas regiões: cerca de 70% dos registros estão concentrados em cinco RAs — Plano Piloto, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Guará. Esse padrão confirma a análise de Guimarães (2020), segundo a qual o investimento cultural no Brasil é ainda mais concentrado que o próprio PIB, configurando uma geografia da exclusão que marginaliza territórios periféricos. Essa lógica de concentração também reflete o conceito de desertos institucionais formulado por Nascimento (2011), que denuncia a ausência de políticas públicas voltadas à infraestrutura cultural básica em áreas periféricas.

A categoria mais recorrente nos dados analisados foi a de eventos comunitários e de lazer, demonstrando a força das iniciativas locais. No entanto, essa vitalidade cultural é atravessada por processos de violência e exclusão. O caso de Herus Guimarães Mendes da Conceição — jovem negro assassinado por policiais durante uma festa junina em Santo Amaro

(RJ), em 2025 (MDH, 2025) — expõe padrões de repressão seletiva que também se manifestam no DF. A dupla marginalização sofrida por territórios periféricos — escassez de financiamento e criminalização — compromete a sobrevivência dessas expressões culturais. Segundo Nascimento (2011, p. 47), a produção cultural nas periferias se organiza a partir de redes de solidariedade e práticas de resistência em contextos de abandono estrutural, o que Zucco *et al.* (2024) identificam como formas de resiliência criativa.

Casos como o da Festa Junina do Paranoá (2023), para a qual foi solicitado apoio policial para controle da atividade, conforme registros da SSP-DF (2023), demonstram como dinâmicas de policiamento seguem presentes nas manifestações culturais periféricas do Distrito Federal. Embora não se trate de repressão direta, a presença policial constante em festas de periferia evidencia uma lógica de vigilância seletiva que se repete nos territórios marginalizados, ilustrando o que Zucco *et al.* (2024) chamam de “violência institucionalizada contra expressões periféricas”.

Esse desequilíbrio não apenas reafirma o padrão de centralização já discutido, como também explicita a desigualdade no acesso à infraestrutura, equipamentos públicos e circulação simbólica. Embora as demais regiões apresentem diversidade nas categorias, sua representatividade numérica permanece baixa, indicando assimetria na alocação de oportunidades culturais.

## **Conclusão**

A análise dos dados do FAC-DF, LIC e SSP/DF entre 2017 e 2023 revela padrões estruturais de exclusão cultural no Distrito Federal. O Plano Piloto, núcleo político-administrativo, recebeu 42% dos eventos financiados e 72% dos recursos da LIC-DF, enquanto regiões periféricas como Recanto das Emas e Santa Maria obtiveram menos de 5% do total de investimentos. Essa disparidade geográfica configura o que Guimarães (2020) denomina arquipélagos de privilégio, onde o acesso a recursos culturais segue lógicas históricas de concentração de poder. Essa dinâmica materializa o conceito mbembiano de controle diferencial sobre a mortalidade (Mbembe, 2018, p. 11), onde o Estado define quais territórios merecem viver culturalmente e quais devem permanecer em estado de invisibilidade simbólica.

A pandemia de COVID-19 funcionou como catalisadora de desigualdades pré-existentes. Em 2020, 70% dos projetos aprovados pelo FAC enfrentaram entraves burocráticos cruzados na LIC e SSP-DF, inviabilizando sua execução especialmente em regiões como Sobradinho II e Itapoã. Nestes territórios, 40% dos proponentes abandonaram projetos devido

à complexidade dos trâmites durante a crise sanitária. Este abandono sistemático exemplifica como a soberania opera criando mundos de morte social (Mbembe, 2018, p. 28), onde populações periféricas são submetidas a condições que as transformam em mortos-vivos simbólicos do ponto de vista cultural. Apesar da retomada parcial em 2023, com 605 projetos apoiados, a meta acumulada de 3.160 iniciativas (2020-2023) foi sub executada em 19,28%, comprometendo sobretudo iniciativas em regiões administrativas marginalizadas.

A análise da tipologia dos eventos revela contradições profundas. Enquanto eventos comunitários representaram 40% do total de atividades credenciadas na SSP-DF, receberam apenas 12% dos recursos financeiros disponíveis. Em contraste, festivais culturais de grande porte, com 24% dos eventos, absorveram 58% do orçamento total. Essa assimetria reflete o que Mbembe (2018, p. 32) identifica como violência racional-burocrática, que reproduz fronteiras entre o nós e o eles, estabelecendo hierarquias de valor entre expressões culturais legitimadas e manifestações periféricas. A criminalização de eventos comunitários, exemplificada pelo caso Herus no Rio de Janeiro e por intervenções policiais similares no Paranoá (SSP-DF, 2023), demonstra como esta lógica pode culminar em violência física contra corpos negros e periféricos.

### Referências Bibliográficas

BARACHO, Maria Alice P.; RADDI, Regina. O incentivo fiscal à cultura no Brasil: breve exame dos estados brasileiros. In: **ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 4., 2008, Salvador. *Anais eletrônicos*. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14389.pdf>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Nota de pesar** – Herus Guimarães Mendes da Conceição. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/junho/nota-de-pesar-2013-herus-guimaraes-mendes-da-conceicao>.

GUIMARÃES, Bruno C. **Concentração cultural**: Por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 412-426, 2020. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p412>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORETTI, Solimar L. do A.; ZUCCO, Fabiana D.; POZO, Hamilton. Motivações para visitar a Oktoberfest de Blumenau (BR) e Munique (RFA): uma análise comparativa utilizando a técnica Partial Least Squares. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 374-393, 2016. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v10i2.1044>

NASCIMENTO, Érica P. **É tudo nosso!** Produção cultural na periferia paulistana. 2011. Tese

(Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.  
Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12112012-092647/publico/2011\\_EricaPecanhaDoNascimento\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12112012-092647/publico/2011_EricaPecanhaDoNascimento_VCorr.pdf)

PLATAFORMA DE CULTURA DA PERIFERIA. **Emergência política periferias: Cultura, poder e território.** 2021. Disponível em: <https://plataformaculturaperiferia.org>

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.  
**Fundo de Apoio à Cultura (FAC).** [S.l.], [s.d.]. Disponível em:  
<https://www.cultura.df.gov.br/fac>

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.  
**Gerência de eventos.** 2025. Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/gerencia-de-eventos-n/>

TOMMASI, Lívia. Culturas de periferia: Entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-34, 2013.

ZUCCO, Fabiana D. et al. Segmentação de mercado em festivais turísticos: Perspectivas de identidade social e cultural. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 26, 2024.  
<https://dxdoi.org/10.142/tva.v26.19968>